



Democracia em colapso? A posição de Levitsky e Ziblatt

Democracy collapsing? Levitsky and Ziblatt position

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2018.

Denise Cardozo¹
Matheus A. Botelho²

1. Resenha

Apresentamos aqui uma breve resenha da obra dos professores de ciência política na Universidade Harvard, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, traduzida para o português por Renato Aguiar e prefaciada pelo Professor titular do Departamento de Ciência Política da UFRJ, Jairo Nicolau.

Para responder a questão central do texto “A democracia norte-americana está em perigo?”, os autores fazem um estudo sobre o fracasso de democracias em diferentes lugares e tempos - em especial o período pós-depressão dos anos 30, na Europa, e do autoritarismo dos anos 60 e 70, na América Latina - voltando a atenção para os tempos atuais em seu próprio país.

Apesar de considerarem que as democracias são sempre frágeis, eles reafirmam o “combo americano” de que uma Constituição inspirada nos ideais de liberdade e igualdade, economia robusta, bons níveis de saúde e educação, e setor privado forte e diverso, blindaria os Estados Unidos da debilidade democrática que aconteceu em diversos países do mundo.

Ao longo do texto os autores demonstram os meandros políticos (legais) e golpes de Estado que, ao longo do século XX e início do século XXI, possibilitaram a quebra democrática de vários países, reflexão central da obra, sobre como as democracias morrem atualmente, minadas e subvertidas por

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar. São Carlos – SP, Brasil. E-mail: cardozode1861@gmail.com. ORCID: 0000-0002-6415-5875.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI), São Carlos – SP, Brasil. E-mail: mat_botelho94@hotmail.com. ORCID:0000-0001-9540-5892.



presidentes eleitos. Esses, que do alto de seus poderes políticos conquistados através do processo eleitoral, atentam sobre as instituições, deixam vulneráveis os sistemas democráticos, num grave quadro de retrocesso.

No Capítulo 1, *Alianças fatídicas*, os autores trazem um interessante quadro didático de comportamento autoritário, que inclui os seguintes indicadores: rejeição das regras democráticas do jogo político; negação da legitimidade dos oponentes políticos; tolerância ou encorajamento à violência; e propensão à restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. Para eles, democracias não devem banir partidos ou proibir candidatos de concorrerem em eleições, mas asseveram que a responsabilidade de manter políticos autoritários longe do jogo político é antes dos partidos e líderes partidários, afirmando-os como os guardiões da democracia.

O capítulo narra exemplos de democracias que não caíram na armadilha de aceitar demagogos no poder, incluindo a responsabilidade dos partidos pró-democracia de manter autoritários em potencial fora das chapas eleitorais, sugerindo, no texto, como os partidos predominantes podem forjar uma frente única para impedir que extremistas conquistem o poder e ameacem a democracia.

No Capítulo 2, *Guardiões da América*, os autores, numa narrativa inteligente, seguindo a realidade política e os estudos e registros históricos, afirmam que antes de 2016 existiram muitas figuras extremistas na política norte-americana (nos anos 30 havia cerca de oitocentos grupos extremistas nos Estados Unidos), o que demonstra que os norte-americanos têm, há muito tempo, uma veia autoritária. Porém, para eles, todos os casos de outsiders populares narrados no texto foram impedidos de disputar, pois a verdadeira proteção contra autoritários não foi o comprometimento da população com a democracia, mas antes, os guardiões e os partidos.

Levitsky e Ziblatt (2018) apontam que a Constituição de 1787 criou o primeiro sistema presidencial do mundo, afirmando que os vanguardas da democracia estadunidense, por não confiar plenamente na capacidade do povo de avaliar a aptidão de candidatos ao cargo, criou o Colégio eleitoral, formado em cada estado por homens proeminentes da região, responsáveis para escolher o Presidente.

Porém, acontecimentos políticos de desdobramento eleitoral desencadearam reformas de longo alcance, que emergindo, assim, um novo sistema de primárias vinculantes, em que os delegados seriam pré-selecionados pelos próprios candidatos, afrouxando o controle de seus líderes sobre o processo de seleção dos candidatos e abrindo-o alternativamente para os eleitores, mudanças que contornaram o caminho para indicação, pois não havia mais que passar pelo establishment do partido. Nos anos 1980, os cientistas políticos da época questionaram se as primárias vinculantes eram mais democráticas, ao colocar indicações presidenciais nas mãos de eleitores, enfraquecendo a função de revisão dos partidos como guardiões e abrindo a



porta para outsiders, advertindo, assim, que o sistema levaria ao surgimento de candidatos extremista e demagogos.

O Capítulo 3, *A grande abdicação republicana*, explica que o sistema de primárias após 1972 era especialmente vulnerável para que outsiders, com bastante fama e/ou dinheiro, pudessem passar pela “primária invisível” e, embora de nenhum deles tenha conseguido a indicação (outsiders celebridades sempre fracassaram), todos usaram dinheiro e o status de celebridades para rivalizarem como competidores.

Os guardiões do partido, segundo os autores, eram apenas uma sombra do que tinham sido no passado, e as regras do jogo não eram mais capazes de impedir que um outsider extremista fosse nomeado à presidência, por falharem na “primária invisível”. Isso explica como Trump, arditosamente, usou sua popularidade e fama, o apoio da mídia e o dinheiro para ganhar sua indicação presidencial, e suas visões extremistas o alinhavam positivamente para os quatro parâmetros do teste para autocratas, cujos indicadores são representados pelos autores no Capítulo 1 do livro.

No capítulo 4, *Subvertendo a democracia*, os autores afirmam que autoritários eleitos destroem as instituições democráticas de uma só vez ou de maneira gradativa, numa escalada de retaliações a um establishment político ameaçado. Para eles, bons árbitros, ou seja, funcionários, mandatários ou cidadãos comuns comprometidos, que figuram o sistema judiciário, agências reguladoras e tributárias, órgãos de imposição de leis e serviços de inteligências, de maneira independente para que possam denunciar, punir e impedir abusos governamentais e fraudes, são instrumentos de proteção da democracia, porém, se controladas por sectários, protegendo o governo de investigações e processos criminais que podem levar ao afastamento do poder, servem como instrumentos do aspirante a ditador.

Para os escritores, extremistas eleitos podem comprar jogadores importantes do jogo político, como políticos de oposição, líderes empresariais, meios de comunicação e figuras culturais que tenham certo status moral público.

No Capítulo 5, *As grades de proteção da democracia*, os autores explanam que as democracias têm regras escritas (constituições), que são fortalecidas por regras não escritas do jogo presentes na política norte-americana, dentre as quais duas delas se destacam no funcionamento de uma democracia: a tolerância mútua e a reserva institucional. O texto explica que existe uma tolerância e uma aceitação de sua legitimidade, afirmando que sendo as normas de tolerância mútua frágeis, é difícil sustentar a democracia.

Explicam, também, que a outra norma não escrita de sobrevivência da democracia, a “reserva Institucional”, significa limitar o uso de um direito legal. Isso pode se dar de algumas maneiras: por presidentes que tentam aparelhar a Suprema Corte ou contornar o Congresso governando por Decretos ou Medidas Provisórias; por Congressos que tentam bloquear todos os movimentos



presidenciais, não aprovando medidas ou votando pelo afastamento (impeachment) do presidente sem base ou por motivos dúbios; ou, ainda, por Supremas Cortes aparelhadas, que acabam julgando inconstitucionais quase todos os projetos ou leis, retirando poderes Legislativos. Para eles, o “jogo duro constitucional” coloca em erosão a tolerância, resultando em uma política sem grades de proteção, em colapsos democráticos por degradação de normas básicas.

O Capítulo 6, *As regras não escritas da política norte-americana*, discorre sobre várias situações em que, no século XX, todos os políticos norte-americanos usaram prerrogativas institucionais que, se utilizadas sem comedimento, podem enfraquecer o sistema: ordens executivas, indulto presidencial e modificação da composição da corte (poderes disponíveis para o presidente); e obstrução dos trabalhos legislativos (poder do Senado de aconselhar e consentir o impeachment, poderes do Congresso), prerrogativas estas que, se tivessem sido usadas como arma, poderiam gerar um colapso democrático.

O Capítulo 7, *A desintegração*, inicia com o resgate do acontecimento da morte, em 2016, do magistrado Antoni Scalia. Houve uma resistência política dos democratas em aceitar a indicação feita pelo presidente Barack Obama, do juiz Merrick Garland para ocupar a vaga, resistência esta não pelo critério de mérito (o indicado era qualificado e ideologicamente moderado), mas pelo critério político. Numa clara violação da norma, um ano depois e com um republicano na Casa Branca, o Senado rapidamente aprovou a indicação de um magistrado conservador, Neil Gorsuch, e o partido saiu ileso da violação da norma democrática, chancelando as medidas de Trump como violador em série de normas.

O texto relembra que este não foi o início, mas o apogeu do jogo duro constitucional, iniciado nos anos 1990, com a votação do impeachment de Bill Clinton, em 1998, num processo politizado de guerras partidárias; e com o governo de George W. Bush, governando marcadamente à direita e sem qualquer pretensão de cooperação bipartidária, gerando uma decadência política contra a tolerância e reservas mútuas, de violação reiterada da norma que se estendera para o século XXI.

O texto relembra, também, o declínio da reserva institucional na campanha presidencial de 2008, marcada pela intolerância partidária e pela histeria antimuçulmana criada pelo 11 de setembro de 2001, momento em que o então candidato Barack Obama foi pintado de “marxista”, “terrorista” e “antiamericano”, em discursos inflamados de seus opositores. Com a vitória de Obama, renasceu a esperança do retorno de um tipo mais civilizado de política, mas sua gestão foi marcada por extremismo crescente e guerra sectária, com questionamentos da legitimidade do Presidente por seus opositores, que abandonaram as normas de tolerância mútua (apoiados por conservadores, maioria brancos e cristãos). O obstrucionismo do Senado como tática de minar



a gestão presidencial durante o mandato de Obama fez dos republicanos um partido de comportamento radicalmente antissistema, o que enfraqueceu as grades flexíveis de proteção da democracia.

O Capítulo 8, *Trump contra as grades de proteção*, descreve como Trump iniciou seu mandato lançando ataques contra seus adversários, questionando a legitimidade de juízes e atacando a mídia, em meio a rumores de laços da campanha presidencial com Rússia, tentando punir ou expurgar agências que atuavam com independência (policiais, serviços de inteligência, agências éticas e tribunais) em um primeiro ano de mandato do Presidente outsider exibindo claros instintos autoritários.

No Capítulo final, *Salvando a democracia*, lembram os autores que não há nada na Constituição ou na cultura norte-americana que os imunize de um colapso democrático, apontando que, não só nos Estados Unidos, mas em todo mundo há uma percepção crescente de que a democracia está recuando.

Para os autores, o enredo do livro salienta uma lição central: quando a democracia norte-americana funcionou, ela se baseou em duas normas: tolerância mútua e reserva institucional, regras não escritas que legitimam rivais concorrentes e subutilizam prerrogativas institucionais próprias no espírito do jogo limpo, cuja inexistência faz com que o sistema de freios e contrapesos constitucional não funcione.

O livro torna-se leitura fundamental para pesquisadores, estudantes, e para todo cidadão que queira refletir e posicionar-se sobre os riscos reais de degradação democrática em nosso país e no mundo.

Referências bibliográficas

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2018.

Como citar este artigo:

CARDOZO, Denise; BOTELHO, Matheus A. Democracia em colapso? A posição de Levitsky e Ziblatt. *Áskesis*, São Carlos - SP, v. 9, n.2, p. 183-187, jul./dez. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9220.543>

Data de submissão do artigo: 31/07/2020

Data da decisão editorial: 31/05/2021